

Eminência parda do regime moçambicano — não tem nenhuma função definida na direcção da Frelimo nem no governo — Aquino de Bragança tem aparecido intimamente ligado aos rasgos que nos últimos anos mais marcaram a política de Moçambique. Entre outros, a normalização das relações com Portugal, a abertura ao Ocidente e o acordo de Incomati — no fundo interligados. Em Portugal, onde o seu círculo de amizade e conhecimento abrange quadrantes que vão da direita à esquerda, a sua capacidade de manobra é tal que Samora Machel o investe frequentemente no papel de seu enviado, em múltiplas situações. Agora é a cooperação militar. Foi a meio da sua última missão em Lisboa que surgiu esta entrevista com o político e intelectual moçambicano. O maior mérito que ela consubstancia é o de confirmar um homem que domina com propriedade múltiplos aspectos da situação do seu país — mesmo até o militar, que é o mais actual e pertinente. E aborda-os a partir de perspectivas que só dificilmente não podem deixar de ser consideradas realísticas, sensatas e pragmáticas.

AQUINO DE BRAGANÇA:

«Mais importante que a ideologia é a defesa da nossa soberania»

por XAVIER DE FIGUEIREDO

Semanário — A situação interna de Moçambique, do ponto de vista militar, é de facto tão crítica e perigosa para o regime da Frelimo como de uma maneira geral ela é descrita cá fora?

Aquino de Bragança — Não, nada disso. Não estamos de rastos. A situação é difícil, sobretudo nas províncias fronteiriças com esse país-chave, que é o Malawi, mas não é de maneira nenhuma alarmante. Quantas dezenas de vezes é que os portugueses da Renamo já deram como iminente a queda de Maputo? As pessoas têm a memória curta. Não estou com isto a praticar nenhum exercício de triunfalismo; o que quero acentuar é que não há razão para o alarmismo que transparece de certa imprensa portuguesa e de outros países.

Semanário — Mas sabe que há esse alarmismo em certos meios, por exemplo diplomáticos, que não têm propriamente uma função especulativa...

Aquino de Bragança — Não é essa a constatação que eu próprio tenho feito em círculos diplomáticos. Mas para o caso do alarmismo existir, não tenho dúvida de que ele resulta de uma deficiente avaliação da situação. Olhe, ainda hoje falei com importantes figuras militares portuguesas, bons observadores, bem informados, e a opinião deles é a de que o alarmismo em

relação a Moçambique é excessivo. Nós estamos a preparar medidas de fundo...

Semanário — ... Que medidas são essas?

Aquino de Bragança — Em primeiro lugar, o processo de reorganização do nosso Exército, conduzido pelo presidente Samora Machel, ele próprio. Essa reorganização está em curso e, entre outros objectivos, visa a promoção de jovens quadros, mais dotados, a lugares estratégicos. Essa reestruturação, acompanhada de um rearmamento do nosso Exército — estamos a receber material extraordinário — vai aumentar consideravelmente a sua operacionalidade. E é preciso não esquecer que estamos a fazer isto tudo, ou seja, enfrentar a guerra e ao mesmo tempo prepararmos-nos melhor para ela, no meio de uma séria crise económica envolvente. Por exemplo, estamos a sair da maior fome deste século. Mas tudo leva a crer que estamos a sair da crise. As crises foram sempre momentos férteis na história da Frelimo, porque se consegue ver o invisível, penetrar no fundo das coisas, repensar com maior agilidade.

Semanário — A que factores é que atribui a enorme escalada militar da Renamo neste último ano e meio?

Aquino de Bragança — Essa escalada estava certamente perspectivada pela África do Sul antes dos acordos de Incomati. Por essa altura, eles infiltraram mais de 2.000 homens da Renamo na região de Maputo. Na África do Sul há uma dispersão de poderes. Enquanto um segmento

desses poderes fez a paz com Moçambique, outro ou outros apostaram numa intensificação da guerra. Neste caso, uma guerra psicológica, bem estudada, destinada a criar a inquietação e mesmo o pânico à volta da capital. O que provavelmente se pretendeu foi desacreditar internacionalmente o nosso governo, demonstrar a sua incapacidade, para assim se conseguir bloquear a nossa abertura para o Ocidente. Também quero dizer que, nessa guerra psicológica, Lisboa, embora não ao nível oficial, tem tido um papel importante.

Semanário — Bem, em função de tudo o que disse até agora, creio que se pode concluir que a sobrevivência do regime do presidente Samora Machel não está ameaçada. É isso?

Aquino de Bragança — Categoricamente, sim é isso. Não há nenhuma possibilidade, nem próxima nem remota, de a Renamo colocar em perigo a sobrevivência do presidente Samora Machel. As chancelarias em Maputo, ocidentais e outras, atestam facilmente isso. Só nos meios de uma certa imprensa é que essa especulação existe, embora reconheça que isso se deve em grande parte a uma falta de eficácia da nossa informação, que leva a dar trunfos aos nossos inimigos para fazerem a guerra psicológica. Neste momento, em Junho, a situação é bastante melhor que há um mês e meio. Não só no terreno, como no plano diplomático. Além de podermos contar com os nossos parceiros, digamos, tradicionais, funcionam cada vez

melhor as nossas pontes para o Ocidente.

Semanário — Quando há bocado disse que Moçambique estava a receber material de guerra, ele vem de onde?

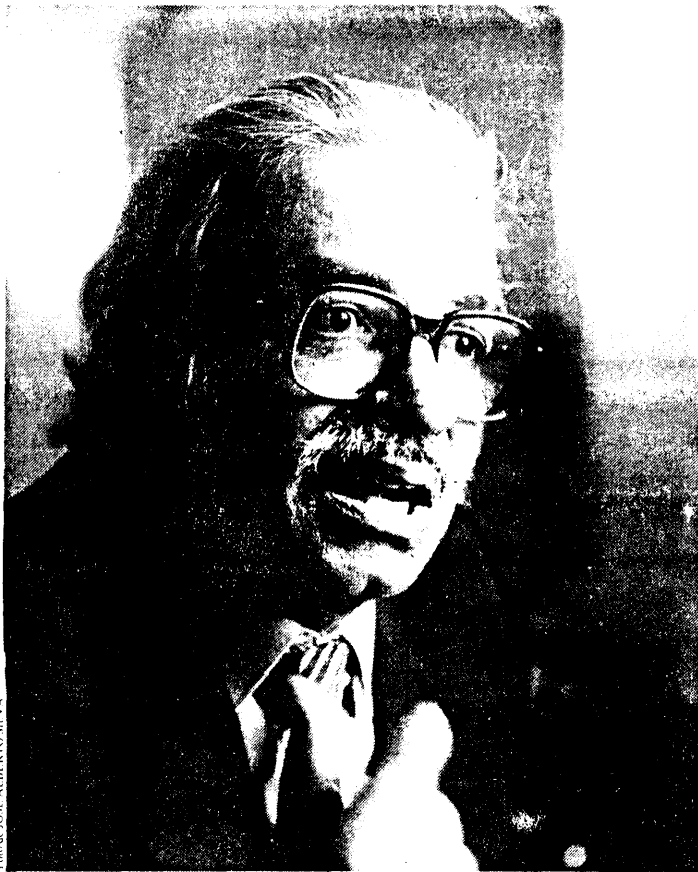
Aquino de Bragança — Nós somos efectivamente não alinhados: isto não é nenhuma tirada de retórica, nenhuma figura que invoquemos por mera conveniência política ou económica. Somos não alinhados! Temos boas relações com os nossos aliados históricos, os países socialistas da Europa e da Ásia, mas também com os países ocidentais. Isto é para dizer que o apoio que recebemos e que vamos receber não se limita a nenhum grupo específico de países.

Semanário — Isso significa que o apoio vem também do Ocidente. Já agora, de qual país do Ocidente?

Aquino de Bragança — Posso dizer que o general Jacinto Veloso está neste momento em França e teve contactos com importantes chefes militares. Eles puseram à nossa disposição, se nós estivermos interessados, largos meios. E vamos receber também ajuda militar dos Estados Unidos.

Semanário — Apesar desta evidência que me parece ser a aposta de Moçambique numa solução militar para os seus problemas actuais, apesar disso, ainda lhe pergunto se no horizonte dessas soluções não está a hipótese de um arranjo ou mesmo um acordo com a Renamo que ponha termo à guerra?

Aquino de Bragança — Rigorosamente, não! Não negociaremos com eles.



A opinião de importantes figuras militares portuguesas é a de que o alarmismo em relação à situação interna de Moçambique é excessivo. Tudo leva a crer que estamos a sair da crise.

Semanário — Ou seja: a Renamo nunca partilhará o poder com o regime da Frelimo...

Aquino de Bragança — Nunca. Olhe, em Março deste ano, Pik Botha anunciou que as autoridades sul-africanas tinham desmantelado uma rede de traficantes e «gangsters» que constituíam uma infra-estrutura de apoio à Renamo ou era a Renamo ela própria. Ora, nós nunca poderíamos partilhar o poder com gente desse calibre, a não ser que, em vez de governar, quiséssemos desgovernar. Há alguns dias, em Maputo, o presidente Samora Machel perguntou, olhos nos olhos, a Pik Botha: então você gostaria que eu admitisse gente dessa no governo? A Renamo não tem, nunca teve, e seguramente nunca terá nenhum projecto político. Tem sido apenas uma máquina concebida e dirigida do exterior para destruir o nosso aparelho de produção.

Semanário — Mas então a solução do problema da guerra terá de ser militar ou passar grandemente por essa via e em qualquer dos casos visando a neutralização da Renamo. É isto?

Aquino de Bragança — Absolutamente. Trata-se simplesmente de extripar do corpo do nosso país um abscesso que dá pelo nome de Renamo, impondo-lhe uma derrota militar que está perfeitamente ao nosso alcance.

Semanário — E dentro de quanto tempo é que acha ou acham os militares, que é possível aniquilar a Renamo?

Aquino de Bragança — Eu não sou profeta. Mas não vejo este problema durar mais de 24 meses. Essa é também a opinião dos peritos. Estamos perfeitamente optimistas e posso dizer que raras vezes encontrei o presidente Samora Machel tão optimista em relação ao futuro, quando agora me encontrei com ele para me dar directivas para esta missão que neste momento estou a efectuar aqui em Lisboa.

Semanário — No princípio da conversa, quando se referiu aos factores que em sua opinião estariam na origem da deterioração da situação militar, não apontou um sobre o qual se fala muito: a alegada incapacidade operacional do Exército moçambicano...

Aquino de Bragança — ...É preciso compreender o problema do Exército moçambicano. Tal como o zimbabwano ou o angolano, o nosso Exército nasceu da guerrilha. E os exércitos não se fazem em dez meses nem em dez anos. É um processo extremamente complexo, tal como reconhecía ainda hoje um ilustre chefe militar português com quem abordei longamente essas questões. A transformação de uma força guerrilheira num Exército regular, hierarquizado, disciplinado, também conheceu dificuldades no Zimbábwe e em Angola. É preciso pensar a sério nessas questões: como criar as infra-estruturas de um Exército clássico, escolher os homens para o comandar, etc. Tudo isto é um problema que nos tem inquietado e frequentemente, permanentemente, nos tem levado a rever um certo número de processos.

Semanário — É nesse quadro que surge a ideia da cooperação militar com Portugal?

Aquino de Bragança — A cooperação militar com Portugal pode revelar-se extremamente útil ao processo de reorganização desse utensílio de defesa da nossa soberania que é o Exército. No passado,

na época de transição, já houve uma cooperação militar que funcionou muitíssimo bem, tendo o almirante Victor Crespo e o general Sousa Menezes como nossos interlocutores.

Semanário — Sei que tem contactado nestes dias com meios militares portugueses. Eles reagem bem a essa projecção da cooperação militar com Moçambique.

Aquino de Bragança — Há claramente um consenso no plano militar português para coordenar rapidamente uma cooperação militar com Moçambique. Aliás, tem aqui uma prova de que não estamos enterrados por causa da Renamo: os militares portugueses talvez tivessem relutância em cooperar connosco se não vissem que temos possibilidade de modificar a actual situação.

Semanário — E ao nível dos centros de decisão política em Lisboa?

Aquino de Bragança — Creio que começa a haver uma melhor compreensão. Nós não queremos militares portugueses a combater ao nosso lado. Não é nada disso. O que precisamos é que nos transmitam conhecimentos e experiências que neste momento nos são muito úteis. Vamos discutir como fazer isso.

Os políticos começam a perceber que esta cooperação militar, orientada no sentido de nos ajudar a reconquistar a paz, é uma porta que se abre a outros tipos de cooperação, que também esperamos de Portugal, mas que neste momento é difícil dada a situação de guerra, as nossas dificuldades.

Semanário — E assim tão importante o papel que atribui à cooperação militar com Portugal, tendo em vista a reorganização do Exército?

Aquino de Bragança — Nessa reorganização, o elemento mais influente será um processo interno. A situação não é fácil. Nós temos líderes históricos, militares, que tiveram papel de herói na luta contra o colonialismo. Muitos desses homens estão hoje ultrapassados, mas não é fácil substituí-los por gente nova. Isso vai ser feito, de acordo com o pensamento de Samora Machel, a partir de um processo de reestruturação feito por nós próprios. Agora, não há nenhuma dúvida de que a cooperação com Portugal, se definida — até agora é apenas um projecto — ao mais alto nível por Portugal e Moçambique, vai ajudar-nos muito a sair desta situação actual. É o que eu penso, a título muito pessoal.

Semanário — Essa substituição de antigos combatentes por gente nova não pode provocar problemas?

Aquino de Bragança — Os melhores têm de ser aqueles que vão dirigir o Exército. Muitas vezes há o conflito de gerações. Mas temos mesmo de colocar os homens novos nos lugares certos, embora com a preocupação de dar aos velhos um papel novo, que não é necessariamente a prateleira. Nós tivemos até agora guerrilheiros no poder, apesar de o embrião do nosso Exército ter sido arquitectado muito antes da independência. Também vamos afinar melhor a preparação e formação dos soldados. A Frelimo nunca fez dogmas, reconheceu os seus erros e tirou deles as lições devidas. E não há razão para pensar que desta vez também não tirará lições.

Semanário — Disse há pouco que dentro de dois anos o Exército moçambicano poderá já ter infligido uma derrota à Renamo. Mas suponhamos que isso não vai acontecer na prática. Moçambique poderia então recorrer a tropas estrangeiras?

Aquino de Bragança — Moçambique não pensa, em nenhuma circunstância, recorrer a tropas estrangeiras. Nenhuma tropa estrangeira. Não posso ser mais claro.

Semanário — Quando há um ano e meio foi assinado o acordo de Incomati, previu que a situação interna de Moçambique viesse a conhecer a evolução que conheceu ou a degradar-se como se degradou?

Aquino de Bragança — Não. Mas prevê

— e não tinha nenhuma ilusão — que a guerra iria conhecer um alastramento. Voltamos ao problema dos poderes, nem sempre coincidentes e articulados, que de facto há na África do Sul...

Semanário — Há teses segundo as quais aquilo que neste último ano e meio se passou em Moçambique correspondeu a um objectivo calculado da África do Sul ou de um desses poderes...

Aquino de Bragança — ... Talvez. Os sul-africanos quando fizeram o acordo foram impulsionados por exigências tácticas.

Semanário — ... Que seriam as de, através de uma degradação da situação em Moçambique, vir mais tarde ou mais cedo a reservar a si o papel de «bóia de salvação» do regime da Frelimo, mas pedindo contrapartidas políticas, económicas. É um raciocínio aceitável?

Aquino de Bragança — É uma hipótese a reter.

Semanário — E como é que interpreta uma afirmação recente de Pik Botha, a um jornal americano, segundo a qual a política regional da África do Sul é orientada por uma estratégia que visa reduzir ou mesmo eliminar as influências soviéticas naquela zona?

Aquino de Bragança — Essa é, foi e talvez continue a ser uma posição sul-africana.

Semanário — Mas então não pensa que o acordo de Incomati fez parte dessa estratégia sul-africana, já que a África do Sul considera Moçambique como um país de influência soviética? A deterioração da situação militar não faz parte da lógica dessa estratégia?

Aquino de Bragança — Isso é uma questão muito complexa e a resposta teria de ser longa. Posso no entanto dizer que a África do Sul viu de facto Moçambique como um estado-cliente da União Soviética. Mas isso modificou-se, nomeadamente entre dirigentes sul-africanos como Pik Botha. Ele afirmou-o em diversas conversações com responsáveis moçambicanos. De qualquer



A cooperação militar com Portugal pode revelar-se extremamente útil ao processo de reorganização desse utensílio de defesa da nossa soberania nacional que é o exército. Não pensamos recorrer a tropas estrangeiras, em nenhuma circunstância.

modo, a África do Sul tem feito disso um fantasma e é vítima dos seus próprios fantasmas. Aliás, os americanos também tinham esses fantasmas e hoje, afinal, conhecem que a União Soviética tem um low-profile. Os americanos conhecem muito bem os soviéticos e os soviéticos conhecem muito bem os americanos. Mas é preciso não esquecer que houve outros factores importantes que levaram a África do Sul ao acordo: a sua crise interna, os custos elevados da guerra da Namíbia e das guerras de desestabilização, a queda vertical do preço do ouro, etc. É igualmente as pressões americanas, que a partir de certa altura consideraram suicidárias as posições sul-africanas. Ou seja, os sul-africanos, se não mudassem de política, poderiam levar os próprios americanos a ter de intervir num conflito com a superpotência soviética, que eles não queriam.

Semanário — De qualquer modo, o que é que lhe sugerem pontos de vista segundo os quais o empenhamento da África do Sul no cumprimento do acordo teria sido maior se, por acaso, Moçambique tivesse mandado de volta a casa os conselheiros soviéticos ou tivesse afastado dirigentes nacionais considerados radicais?

Aquino de Bragança — Eu não posso responder pelos sul-africanos. Mas, por aquilo que conheço das conversações, nunca os sul-africanos puseram o problema da saída dos conselheiros soviéticos. A situação é outra, temos de partir de uma outra base para compreender essas questões. Eu próprio, que fui um jornalista, influenciado por autênticos fazedores de opinião como o Times, o Le Monde, a Newsweek, admiti que Lieter Botha era um De Gaulle, mas afinal revelou-se menos que um Bismarck. Ele é hoje o líder de um poder que assenta em poderes muito heterogéneos, entre os quais há visões contraditórias. Por exemplo, acho que Pik Botha, façamos-lhe a homenagem, e sobretudo Louis Neil (que eu considero ser um modernista do grupo, que se quer desembarçar o mais rapidamente possível do «apartheid», que pertence a uma ala de novos dirigentes do aparelho do Partido Nacional, que quer modernizar o capitalismo sul-africano), esses homens podem perfeitamente coexistir, nas suas fronteiras, com um regime marxista, dito marxista ou paramarxista, como se quiser dizer. Mas há um lobby militar, não constituído por todos os militares, que tem poder para fazer este tipo de agressões e no dia em que não as fizer perde o poder. Por exemplo: porque será que Pik Botha fez uma declaração extraordinária, segundo a qual os sul-africanos iriam retirar de Angola, com pompa e tudó, e uns dias depois se desacredita completamente essa declaração com aquela operação de «comandos» em Cabinda? Não terá sido uma operação feita contra Pik Botha?

Semanário — Sabe que se especula bastante acerca do que poderia vir a ser o futuro das relações de Moçambique com a União Soviética. Acha razoável que Samora Machel alguma vez tenha a enfileirar com Siad Barre ou com Sekou Touré, como líder que se aliou aos soviéticos e depois rompeu com eles?

Aquino de Bragança — Para já, Sekou Touré e Siad Barre, homens que eu conheci, são bastante diferentes. É uma diferença entre a noite e o dia, o sol e a lua. Não têm nada que ver com Samora Machel. O que posso dizer claramente é que Samora Machel nunca será um Sadate. Nós definimos as nossas alianças de acordo com os nossos interesses nacionais. A nossa preocupação de fundo não é o socialismo, o marxismo — que são instrumentos para resolver os problemas dos homens: como alimentá-los, como vesti-los, como calçá-los. Esse é que é o problema. Se for preciso fazer uma aliança com o diabo para atingir isso, nós faremos. J

A influência soviética em Moçambique não passa de um fantasma para a África do Sul. A África do Sul é vítima dos seus próprios fantasmas.

cont. da pag. 33

o diabo pode ser chamado União Soviética, Estados Unidos, Japão ou apenas diabo-diabo.

Semanário — Mas isso não é uma abdicação da vossa ideologia?

Aquino de Bragança — Mais importante que a ideologia é a defesa da nossa soberania, do nosso futuro. O nosso marxismo é mais um instrumento na formação da nossa nação. Não fazemos do marxismo uma visão do mundo. O Presidente Ramalho Eanes, no seminário da Gulbenkian, abordou muito bem essa questão. O marxismo de Samora Machel não corresponde a uma visão do mundo; é um instrumento, que paradoxalmente nasce a partir de uma estrutura militar, para aprofundar o projecto de construção da nação.

Semanário — O professor Aquino de Bragança foi um dos grandes animadores do projecto do acordo de Incomati e sei que apostou muito nele. Apesar de tudo, ainda aposta?

Aquino de Bragança — Se tivesse de voltar ao princípio, fazia exactamente o que fiz. Nós não fizemos o acordo para acabar com o «apartheid». Fizemo-lo para acabar com a guerra e o sabor do pudim descobriu-se comendo-o. Quem é que está mais isolado, hoje? Nunca, nunca Moçambique teve uma tão grande abertura no mundo como hoje. E de um extremo ao outro: da União Soviética, aos Estados Unidos. O que nós pretendemos é dirigir Moçambique a partir de Moçambique.

Semanário — Isso significa que daqui por algum tempo vai poder considerar-se que o acordo foi um bom instrumento para garantir o regresso da paz a Moçambique e que as dificuldades actuais foram apenas conjunturais?

Aquino de Bragança — O futuro é que vai dizer. Mas da nossa parte estamos empenhados nisso.

Semanário — Já agora pergunto-lhe também se não é excessivo pensar que Moçambique poderá vir a denunciar o acordo se a África do Sul continuar a não o cumprir?

Aquino de Bragança — O acordo revelou-nos um icebergue, de que até então só conhecíamos a ponta. Há hoje um conflito de poder na África do Sul. Se a África do Sul quer suicidar-se, faz suicidar o acordo. Claro

que não é com o acordo que pode sair da situação em que está, mas o acordo é uma porta aberta para resolver os problemas da África do Sul. Evidentemente que poderemos chegar a uma tal tragédia de denunciar o acordo, se ele não for respeitado pela África do Sul. O que para já se constata é que, por boas ou más razões, o poder na África do Sul não respeitou até agora o acordo.

Semanário — Continua a haver jogo duplo?

Aquino de Bragança — Isso é uma leitura que se faz do problema. Pode haver jogo de duas facções dentro do poder sul-africano e pode ser que essas facções estejam em conflito. Há muitos preguiçosos entre os comentadores da realidade sul-africana. O problema é saber o que é o poder na África do Sul. Assim como também é preciso saber o que é o poder em Moçambique. Para nós o acordo é uma estratégia. Não quisemos fazer nenhuma revolução por procuração.

Semanário — Ainda há sinais de rejeição do acordo entre os líderes da oposição sul-africana?

Aquino de Bragança — Nada disso. Por exemplo, as nossas relações com a **United Democratic Front** são excelentes agora e havia incompreensões ainda há pouco tempo. O diálogo com Botha de maneira alguma limitou o nosso relacionamento com a oposição. O reverendo Allen Boisak, principal líder da UDF, disse numa recente visita ao Canadá que tinha ido a Maputo muito crítico e que tinha regressado completamente identificado com Samora Machel.

Semanário — As relações de Moçambique com os Estados Unidos continuam a fazer progressos?

Aquino de Bragança — Continuamos a fazer progressos. Tivemos há pouco tempo a visita de Malvin Laird, antigo secretário de Estado da Defesa, assim como de empresários, banqueiros, que prometem grandes aberturas, numa perspectiva muito ampla que vai desde as «joint-ventures», até à criação de interesses privados americanos em Moçambique. E tudo o que se tem vindo a passar nas nossas relações com os Estados Unidos responde melhor do que as palavras. E eu, pessoalmente, felicito-me muito por isso.

Semanário — E não vos preocupou esta aprovação pelo Senado da proposta do senador Helmes que condicionava a ajuda militar a Moçambique a um determinado tipo de concessões?

Aquino de Bragança — Nós já passámos por momentos mais difíceis. Somos optimistas. Acreditamos no amanhã, no sol. Temos de esclarecer esses lobbies. A nossa política é alvo de uma persistente campanha de desinformação, em grande medida devido a uma insuficiência de informação da nossa parte. Eu penso que esse obstáculo do Senado já está em vias de ser resolvido. Isto é uma luta interna nos Estados Unidos. E preciso não conceber os Estados Unidos — como o fazem certos simplistas de uma esquadra preguiçosa — como um monstro. Eles têm um sistema com contradições, com conflitos. Até no próprio poder de Reagan há contradições. São todas essas contradições que fazem o poder daquele homem. Ele próprio se revelou de início um aliado natural da África do Sul e hoje teve a sua política. É preciso dar também aos americanos o benefício de reverem as suas posições, de as repensarem.

Semanário — O que é que neste momento Moçambique mais espera de Portugal?

Aquino de Bragança — Nós queremos — e o presidente Samora Machel já por diversas vezes disse isso mesmo a responsáveis portugueses — nós queremos, dizia, uma cooperação privilegiada com Portugal. Já entenderíamos todos os contentos. As relações, pelo menos em termos de profissão de fé, são boas. Por uma ou outra razão, quer do lado

português, quer do lado moçambicano, as relações não têm avançado como pensava que podiam avançar. Penso que se chegarmos à cooperação militar que se anuncia, isso será muito importante. Poderemos finalmente desencadear o processo iniciado por Sá Carneiro. A cooperação militar tem uma dinâmica muito própria, dados os seus reflexos na garantia da nossa soberania.

Semanário — Com o regresso da paz a Moçambique, acha que vão de facto criar-se condições, abrir-se portas, para a fixação de portugueses em Moçambique?

Aquino de Bragança — O presidente Samora Machel teve uma vez ocasião de responder a isso, dizendo que nós não queremos voltar ao passado. O que isso significa é que não queremos portugueses que pretendam recuperar privilégios do passado, até porque foi contra isso wue nós lutámos. Mas nós temos espaços grandes, podemos ter Floridas inteiras que podem permitir a instalação de dezenas de milhares de portugueses, contando que eles venham com projectos para o futuro e não pensem no passado. Aliás, será na esteira de privilegiar as nossas relações com Portugal que isso acontecerá. E admitimos mesmo que com a ida desses portugueses surjam interesses meramente privados em Moçambique.

Semanário — Última pergunta: acha que há algum paralelo, alguma coisa de

Queremos uma cooperação privilegiada com Portugal e será na esteira disso que dezenas de milhares de portugueses poderão fixar-se em Moçambique.

comum, entre a Renamo e a UNITA?

Aquino de Bragança — Eu sou um curioso da história da UNITA. A revelação de um certo número de dossiers, de cartas de Savimbi, foi feita por mim, contra o desejo de certos dirigentes do MPLA, aqui em Lisboa. E fi-lo porque a verdade é sempre revolucionária e porque havia interesse em revelar a personalidade extremamente complexa, contraditória, conflituosa e ambígua desse homem que se chama Jonas Savimbi, que foi um companheiro na luta contra a situação colonial. Fui eu, por exemplo, que o apresentei ao Che Guevara. Savimbi foi um homem importante no movimento nacionalista, que tinha perspectivas de aliança com o MPLA, pensei eu — errei talvez. Num futuro próximo vou publicar um ensaio sobre a UNITA. Mas quero dizer o seguinte: Jonas Savimbi e a UNITA nasceram como um movimento nacionalista, que logo desemboca num conflito com o MPLA. A história de Savimbi faz-me lembrar muito a dos *chetniks* jugoslavos, que face ao ocupante nazi e ao partido comunista de Tito, se identificaram muitas vezes com o ocupante e não com o ocupado. Eu vejo a posição de Savimbi como extremamente hábil, que tenta naturalmente sobreviver a uma situação pos-colonial para reivindicar uma posição na cena política angolana. Os métodos que empregou é que talvez eu não advogasse, mas vejo que qualquer solução do problema de Angola — e esta é uma posição pessoal, muito minha — se fará uma vez que que a África do Sul deixe efectivamente de ser um país agressor e quando se resolver a questão dos cubanos. Os angolanos encontrarão então uma solução, porque eu reconheço que a UNITA nasceu como um movimento nacionalista, embora se tivesse pervertido mais tarde com a sua aliança com a África do Sul. Poderá ela voltar a ser um interlocutor da família angolana? De comum, o que há entre a UNITA e a Renamo é que ambos são um certo tipo de organizações africanas (negras) que na periferia da África do Sul se batem também para manter o «status quo» sul-africano. Nesse sentido são peças da estratégia de Pretória.